

35ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

13 A 17 DE JULHO DE 2026, UFG, GOIÂNIA, GO, BRASIL

GT 093 - Mulheres e grupos dissidentes na história da antropologia

**MATERNAGEM COMO TRANSGRESSÃO NO SABER ANTROPOLÓGICO:
CUIDADO, ESCRIVÊNCIA E NEURODIVERGÊNCIA**

Lisianne Lima de Santana¹
Luciane Silva de Souza Prudente²

Este trabalho propõe refletir sobre maternagem como forma de transgressão no saber antropológico, partindo da afirmação de que o cuidado não apenas acompanha, mas produz conhecimento. A partir de reflexões situadas de uma mulher-mãe solo, negra e neurodivergente, com diagnóstico tardio de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); de uma mulher-mãe, branca, com diagnóstico tardio com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O texto tensiona o ideal hegemônico, masculino, branco e produtivista, historicamente dominante na antropologia e seus efeitos de apagamento sobre determinadas trajetórias intelectuais. Ancorado na noção de escrituração, conforme formulada por Conceição Evaristo, e em diálogo com a teoria feminista negra, especialmente com bell hooks e sua proposição da transgressão como prática de liberdade, o trabalho argumenta que reconhecer o cuidado como produtor de saber contribui para a renovação crítica da antropologia e para a valorização de trajetórias historicamente silenciadas.

Palavras -chave: maternidade; cuidado; neurodivergente; teoria feminista.

¹ Doutoranda em Antropologia Social - PPGAS/UFG. Mestra em Antropologia Social - PPGAS/UFG. Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

² Doutoranda em Antropologia Social - PPGAS/UFG. Mestra em Antropologia Social - PPGAS/UFG. Bibliotecária do Instituto Federal Goiano, Campus Trindade.

Se há os “pais” da Antropologia, onde estão as mães? Mulheres, apagamento e a construção do cânone antropológico.

A história da Antropologia foi construída a partir de um cânone, ou seja, conjunto de obras, teorias e autores considerados clássicos e fundamentais para a formação da disciplina, sendo predominantemente masculino e branco, no qual determinados autores passaram a ser reconhecidos como os "pais" da disciplina. Essa metáfora da paternidade não é neutra: ela associa autoria, autoridade e legitimidade científica à figura masculina, ao mesmo tempo em que invisibiliza as contribuições de inúmeras mulheres que participaram da constituição do campo antropológico.

Nas discussões antropológicas, os “pais” quase sempre ocupam o centro das narrativas e, talvez, uma das transgressões possíveis seja justamente perguntar: e as mães? E as mulheres? Podemos pensar que, para muitos desses homens realizassem seus estudos, viagens e experimentações, existiam mulheres sustentando o cotidiano, o cuidado e a vida doméstica. Se pesquisarmos, por exemplo, o nome de Elsie Rosaline Masson no Google em 2026, encontraremos a definição: “foi uma fotógrafa, escritora e viajante australiana, mais conhecida como esposa do antropólogo polonês-britânico Bronisław Malinowski”.

A redução de sua trajetória à condição de "esposa de Malinowski" evidencia como a memória opera apagamentos seletivos, transformando mulheres intelectuais em personagens secundárias da história da ciência. A invisibilização das mulheres como produtoras de ciência também marcou a história da Antropologia. Embora algumas antropólogas, como Margaret Mead e Ruth Benedict, tenham alcançado reconhecimento, suas produções ocuparam um espaço menos central na constituição do cânone antropológico do que autores como Franz Boas. Outras, como Zora Neale Hurston, permaneceram durante décadas à margem das narrativas canônicas, apesar de suas importantes contribuições para o campo. Esse cenário evidencia que a construção dos clássicos antropológicos também foi atravessada por relações de gênero e raça, definindo quais teorias seriam legitimadas e quais permaneceriam silenciadas.

Assim, o diálogo com outras intelectuais desloca o protagonismo historicamente conferido a esses "pais fundadores". Nesse sentido, destaca-se Zora Neale Hurston (1891 - 1960), mulher negra nascida no estado de Alabama, o seu pai foi carpinteiro e pastor Batista e a mãe professora. Em 1925 iniciou os estudos de pós-graduação sob orientação de Franz Boas na Universidade de Colúmbia. De acordo com Basques

(2019), Zora liderou o movimento conhecido como “Renascimento do Harlem”, publicando textos e ensaios literários, ao mesmo tempo em que realizava as primeiras pesquisas de campo. Seus textos *Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado*(1931), *Mules and Men* (1935) e *Tell my Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica*(1938), são escritas etnográficas que trazem discussões que foram levantadas pela antropologia na década de 80 sobre a crise das representações etnográficas, e Zora nas décadas de 1930 e 1940 trazia para as suas pesquisas e textos reflexividade, posicionalidade antropológica, oralidade e cultura negra, entre outras inovações no campo da pesquisa.

Primeira mulher negra orientada por Franz Boas, Hurston mobilizou seu pertencimento social e cultural como parte constitutiva da pesquisa. Seu profundo conhecimento das comunidades negras e seu compromisso em confrontar estereótipos raciais antecipavam aquilo que hoje reconhecemos como uma antropologia situada e reflexiva, na qual a posição da pesquisadora é compreendida como elemento fundamental da produção do conhecimento.

Sua pesquisa caracterizava-se pela valorização das narrativas das pessoas que participavam da pesquisa e pelo reconhecimento dos seus saberes cotidianos. No entanto, durante muito tempo, sua obra foi desqualificada como mero folclore, classificação que expressa não apenas as hierarquias disciplinares vigentes, mas também os processos de racialização e de exclusão que impediram o reconhecimento de sua contribuição para a Antropologia.

A relação entre Hurston e Franz Boas também foi marcada por tensões. Embora tenha reconhecido a qualidade de seu trabalho de campo, Boas manifestou reservas em relação a aspectos de sua produção, recusando-se, em determinados momentos, a apoiá-la por meio de cartas de recomendação. Esse distanciamento tem sido interpretado de diferentes maneiras: alguns autores o associam às divergências em torno da escrita etnográfica e dos critérios de legitimidade científica da época, enquanto outros ressaltam que as hierarquias raciais e de gênero presentes na Antropologia também contribuíram para esse processo.

Esse apagamento extrapolou o campo acadêmico. Zora Neale Hurston morreu em 1960 em condições de vulnerabilidade econômica e foi enterrada em uma sepultura sem identificação. Apenas em 1973, a escritora e ativista Alice Walker localizou seu túmulo e providenciou uma lápide, além de publicar, dois anos depois, o ensaio *In*

Search of Zora Neale Hurston (1975), considerado um marco na recuperação de sua obra.

O resgate promovido por Walker evidencia que a produção do conhecimento não depende apenas da qualidade intelectual das pesquisas, mas também das relações de poder que definem quais pessoas serão lembradas, legitimadas ou silenciadas. A trajetória de Hurston demonstra, assim, como racismo e sexismo operam conjuntamente na produção do apagamento de intelectuais negras e reforça a necessidade de revisitar criticamente a história da Antropologia. A história de Zora dialoga com o epistemicídio definido por Sueli Carneiro anos depois, ainda vivido por mulheres negras.

A antropóloga Ruth Benedict (1887 - 1948), mulher branca, nasceu em Nova Iorque, também foi aluna do Franz Boas, conhecida por suas etnografias sobre padrões de culturas e personalidades em sociedades primitivas. Outro ponto que merece destaque é que a autora também dedicava à literatura escrevia poesias com o pseudônimo Stanhope e Anne Singleton.

Suas obras de destaque são *Padrões de cultura* (1934) e *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa* (1946), foram best-sellers e continuam a ser obras indispensáveis nos estudos culturais. Para Benedict (2013, p. 254) a(o) antropóloga(o) quer compreender como as culturas mudam e se diferenciam, as diferentes formas pelas quais elas se expressam e de que maneira os costumes dos povos funcionam na vida das pessoas que os compõem. o seu estilo de escrita etnográfico é o elemento principal de seu sucesso, uma vez que sua autoridade não se fundamenta na experiência etnográfica do trabalho de campo nem na aplicação de teorias (Rocha, p.126).

Margaret Mead (1901-1978), mulher branca, foi discípula de Ruth Benedict e aluna do Franz Boas. Seu primeiro trabalho de campo foi em 1925 quando Boas a enviou para a Samoa Americana onde deveria observar a adolescência. Suas obras são *Coming of Age in Samoa* (1928), *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas* (1935), *Homem e Mulher: Um Estudo dos Sexos em um Mundo em Transformação* (1949), *Mantenha a Pólvora Seca* (1942) entre outras contribuições.

Ao comparar diferentes contextos socioculturais, Margaret Mead demonstrou que as formas de agir, sentir e organizar a vida social não são universais, mas culturalmente produzidas. A partir do método comparativo e de suas pesquisas de campo, questionou explicações biologizantes sobre comportamento, gênero e desenvolvimento humano, evidenciando que as diferenças observadas entre os povos resultam de processos históricos, sociais e culturais, e não de uma natureza humana

imutável. Suas contribuições fortaleceram o relativismo cultural e ampliaram o debate antropológico sobre a diversidade das experiências humanas.

A relação afetiva e intelectual entre Ruth Benedict e Margaret Mead também pode ser compreendida como um enfrentamento às normas de gênero e sexualidade vigentes no início do século XX, revelando que suas trajetórias foram marcadas não apenas por importantes contribuições teóricas, mas também pela contestação de padrões sociais e acadêmicos excludentes.

No Brasil, Lélia Gonzalez ocupa um lugar fundamental para pensarmos sobre os cânones da Antropologia e seus apagamentos. Filha de uma família trabalhadora, mulher negra e intelectual-ativista, sua produção articula raça, gênero, classe, cultura, linguagem e diáspora africana. Com sua formação inicial na Filosofia, História, Geografia e Psicanálise, sua escrita e atuação dialogam diretamente com o saber-fazer antropológico, especialmente ao colocar em destaque as mulheres negras e as expressões culturais afro-brasileiras.

Sua relação com a Antropologia não se deu apenas pela vinculação institucional, mas pela forma como interrogou a sociedade brasileira a partir das experiências negras. Lélia criticou os modos pelos quais a universidade e a escola folclorizavam a presença negra, indígena, popular e feminina na formação histórica e cultural do país. Com isso, denunciou que a narrativa nacional e acadêmica costumava atribuir aos homens brancos, social e economicamente privilegiados, o lugar de únicos produtores da história e do conhecimento.

Nesse sentido, Lélia Gonzalez demonstra que a Antropologia não pode ser pensada apenas a partir de autores consagrados, majoritariamente brancos e homens, mas também a partir de intelectuais negras que produziram interpretações fundamentais sobre cultura, racismo, sexismo, linguagem e colonialidade. Seu apagamento nos circuitos acadêmicos hegemônicos revela como ainda o reconhecimento científico permanece baseado nas relações de poder, raça e gênero.

As experiências de Zora Neale Hurston, Ruth Benedict, Margaret Mead, Lélia Gonzalez, Elsie Rosaline Masson e Alice Walker evidenciam que as mulheres participaram ativamente da construção da Antropologia, embora tenham ocupado posições marcadas por diferentes formas de exclusão. Contudo, o objetivo deste texto não é apenas ampliar a lista de autoras reconhecidas pela antropologia.

Mais do que incluir mulheres no cânone antropológico, interessa problematizar os próprios critérios que definem quem se torna um "clássico", quem é reconhecido

como fundador e quais conhecimentos são legitimados como científicos. Nesse sentido, revisitar essas intelectuais significa questionar a história oficial da Antropologia e seus marcadores sociais da diferença.

Durante nossas reflexões, recorremos à categoria "mães" apenas como um contraponto crítico à expressão consagrada "pais da Antropologia". Essa escolha não pretende associar a produção científica das mulheres à maternidade, nem reforçar a ideia de que ser mãe constitui um destino ou uma condição definidora da experiência feminina. Pelo contrário, busca evidenciar que a própria linguagem participa da construção do cânone e da distribuição da autoridade científica.

Dessa forma, inspiradas pelas contribuições das mulheres, compreendemos nossas vivências transgressoras e a neurodivergência como categorias de análise e de produção do conhecimento antropológico. Longe de comprometer a produção científica, esse posicionamento amplia as possibilidades da Antropologia ao reconhecer que o conhecimento é produzido de forma situada, relacional e marcada pelas experiências de quem pesquisa, deslocando a antiga oposição entre pesquisadora e "nativa".

Assim, além do texto, apresentamos as imagens dessas intelectuais por compreender que suas representações também integram a produção de memória e o reconhecimento das mulheres que contribuíram para a construção da Antropologia, essas imagens são memórias, como diz Samain (2012 p.30) “as imagens deviam pertencer à ordem das coisas vivas.

Figura 1- Mulheres presentes





Fonte: Fotos produzidas por IA Gemini (2026)

Inspiradas por essas intelectuais, apresentaremos, igualmente, nossas experiências e nossos rostos, a partir da escrevivência de Conceição Evaristo.

Figura 2 – Mulheres transgressoras



Fonte: Acervo das pesquisadoras (2026)

Quando o cuidado é divergente: entre normatividade, sobrecarga e invenção nas maternidades neurodivergentes.

“Bagunceira. Você deixa tudo para última hora!” (Memórias de Lisianne Lima)

A velocidade constante dos meus pensamentos, associada à desordem cotidiana, perdas e esquecimentos recorrentes, evidencia formas de funcionamento frequentemente interpretadas como falhas individuais. Na minha formação escolar e acadêmica, a criação de estratégias próprias de estudo esteve diretamente vinculada à necessidade de permanência, uma vez que o acesso à educação se configurava como possibilidade concreta de transformação das condições de vida. Em uma infância marcada pela escassez, inclusive de alimentos, o afeto também se constituiu como forma de resistência e transgressão.

Sem um diagnóstico, mulheres com TDAH frequentemente relatam passar a vida se sentindo “diferentes”, “estúpidas” ou “preguiçosas” e se culpando por seu baixo desempenho (Lynn, 2019). Sustentei, por muitos anos, uma performance de normalidade, elaborando estratégias para ocultar dificuldades que ainda não possuíam nome. No entanto, ao maternar solo, entrei em colapso. As cobranças, as desorganizações e o esforço contínuo para manter a vida minimamente funcional produzem impactos significativos na saúde. O cuidado divergente, por vezes, torna ainda mais intensas as emoções.

O diagnóstico tardio de TDAH constituiu uma nova possibilidade interpretativa para experiências anteriormente compreendidas como falhas pessoais. Essa experiência dialoga com Stenner et al. (2019), ao demonstrarem que muitas mulheres vivenciam o diagnóstico como um momento de revelação, permitindo reinterpretar suas trajetórias sob uma nova perspectiva.

No entanto, descobrir a neurodivergência a partir do diagnóstico foi também marcado pela ausência de acolhimento e por discursos recorrentes de deslegitimação, como a afirmação de que “agora todo mundo tem TDAH”, ou seja, trata-se de uma forma cotidiana de capacitismo.

Mesmo com diagnósticos de ansiedade e depressão há mais de seis anos, e após avaliações prolongadas, o julgamento alheio me atravessou, atingindo inclusive características relacionadas à disforia sensível à rejeição, condição marcada pela intensa

sensibilidade diante da percepção de críticas e rejeições. Durante um período, deixei de compartilhar o diagnóstico.

Estudos apontam que os motivos de encaminhamento para serviços relacionados ao TDAH diferem entre meninos e meninas. Enquanto os meninos são encaminhados com maior frequência devido a sintomas comportamentais, as meninas costumam ser direcionadas aos serviços de saúde por questões emocionais, como ansiedade e depressão (Klefsjö et al., 2021). Essa diferença revela que gênero também organiza quais corpos são considerados dignos de atenção clínica.

A falta de apoio contribui para a fragilização da pessoa neurodivergente. Esses julgamentos evidenciam o descrédito social que atravessa nossas experiências. Tais falas não apenas invalidam o diagnóstico, mas também reforçam processos discriminatórios, desconsiderando a complexidade de sobreviver em uma sociedade que exclui o divergente.

Há também narrativas que seguem em sentido oposto, como a afirmação de uma amiga diagnosticada com autismo e TDAH: “só quem não te conhece direito diz que você não tem TDAH”. A fala evidencia que o reconhecimento da neurodivergência ocorre de maneira relacional, situado nas experiências de convivência, nos vínculos cotidianos, no conhecimento e respeito às diversidades.

O gênero, o significado social atribuído ao sexo biológico, impacta tanto a emissão do diagnóstico quanto as percepções sociais sobre o TDAH. Na maioria das vezes, persiste um imaginário coletivo que associa o transtorno apenas ao menino excessivamente inquieto, que corre demais ou apresenta comportamentos considerados hiperativos, como se esse fosse o único contexto possível para o TDAH.

As meninas geralmente são menos notadas por professoras e pais até que os sintomas causem um prejuízo significativamente maior do que o necessário para o reconhecimento em meninos (Klefsjö *et al.*, 2021). As interações com Eduarda Sophia, minha filha, dialoga com esses achados. Tímida, educada e com bom desempenho escolar, suas necessidades específicas não foram inicialmente identificadas pela escola. Em contrapartida, foi no ambiente familiar que suas diferenças se tornaram mais evidentes, motivando a investigação.

Foi a partir do meu próprio diagnóstico e das observações cotidianas que, em 2025, as dificuldades constantes em matemática, a dificuldade de socializar na escola, o ritmo acelerado da escrita, por vezes suprimindo letras, além dos esquecimentos e distrações recorrentes, me conduziram à investigação. Após meses de avaliação

neuropsicológica e consultas psiquiátricas, foi identificado o TDAH do tipo desatento, acompanhado de um leve comprometimento da memória.

Essa descoberta também reorganizou nossa rotina. Passamos a frequentar quatro sessões semanais de terapias, em dias distintos, que se somaram às exigências do doutorado, do estágio de docência, das disciplinas, dos prazos acadêmicos e das diversas consultas médicas. Em meio a esse cotidiano, também sou atravessada por questionamentos recorrentes sobre minha condição de mulher solteira. Paralelamente às demandas do cuidado, escuto com frequência: "Você precisa arrumar um marido."

No entanto, o que realmente necessito não é de um marido, mas do reconhecimento de que o cuidado com uma criança é uma responsabilidade coletiva. Preciso de uma rede de apoio que compreenda o cuidado como prática compartilhada e se disponha a dividir responsabilidades que, historicamente, foram naturalizadas como atribuições exclusivamente femininas. Ainda persiste, contudo, a expectativa de que a mulher somente alcance reconhecimento e completude quando vinculada ao casamento heteronormativo.

Esses questionamentos me fizeram recordar a forma como Elsie Rosaline Masson permanece registrada na memória pública: mais conhecida como "esposa de Bronisław Malinowski" do que como fotógrafa, escritora e viajante. Assim como sua trajetória foi reduzida à identidade conjugal, muitas mulheres continuam tendo suas produções intelectuais inferiorizadas.

O reconhecimento social das mulheres, frequentemente, permanece condicionado aos vínculos afetivos e familiares, como se suas produções intelectuais, profissionais e científicas fossem insuficientes para legitimar suas existências. Nesse sentido, o apagamento discutido ao longo deste artigo não pertence apenas à história da Antropologia; ele continua operando no presente, atravessando as experiências de mulheres que produzem conhecimento enquanto conciliam cuidado, maternagem e vida acadêmica.

O diagnóstico apresenta uma possibilidade de acolhimento e entendimento de si. Falando em diagnósticos, entre a escrita deste trabalho e as idas às terapias, recebemos um diagnóstico provisório para Eduarda Sophia: o autismo. Naquele momento criei tantos cenários que intitulei esse momento como um colapso interno, enquanto escutava: "Ela não olha nos olhos, ela tem sensibilidade sensorial tátil, visual e auditiva... Será necessária adaptação e intervenção na escola. Aumentar as terapias.

Precisará de brinquedos sensoriais. Manter a medicação. Previsibilidade das ações. Era tudo sobre ela, mas ninguém perguntou: quem cuidará da mãe?

A literatura confirma essa experiência o aumento das expectativas impostas às mulheres e mães pode resultar em maior comprometimento e ansiedade em mulheres com TDAH. A baixa autoestima, em combinação com essas exigências, pode resultar em crenças disfuncionais, como percepção de fracasso, culpa e sentimentos de inadequação (Young *et al.*, 2020).

Escrevo ainda lidando com todas essas demandas e necessitando produzir academicamente. Afinal, tenho uma tese em andamento e a qualificação que se aproxima. Meu corpo negro também produz intelectualmente, contrapondo a lógica eurocêntrica ainda presente nas universidades de “um pesquisador sem corpo”, ou melhor, homem branco e com o exercício do cuidado como facultativo.

Em meio à sobrecarga, ainda nos forçam à gratidão obrigatória. Confesso não gostar das comparações entre situações consideradas “piores”, porque percebo nelas resquícios das próprias concepções iniciais da antropologia: a produção do outro a partir de relações hierarquizadas. Assim como o evolucionismo social estabelecia escalas hierárquicas entre sociedades, essas comparações também classificam sofrimentos e produzem hierarquias morais entre vidas consideradas mais ou menos legítimas.

Essas comparações revelam uma lógica marcada pela classificação entre vidas consideradas mais ou menos legítimas. Em contraste, perspectivas indígenas de cuidado nos ensinam sobre coletividade, reciprocidade e sustentação mútua. Como afirmou Watatakalu Yawalapiti (2023) durante a III Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu em Brasília, “mulheres indígenas são como as águas de um rio: correm juntas, superam as pedras do caminho e alimentam a terra por onde passam. Nosso cuidado é ancestral, nossa resistência é vital.”

Assim, espero que tenhamos a oportunidade de sentir sem o peso constante dos julgamentos, sem a hierarquização das diferenças e sem carregar culpa por uma gestação atravessada por intercorrências; por não conseguir chorar ou, até mesmo, por chorar; sorrir, por descansar; e por insistir em viver para além do materno, reconhecendo que também existimos. Na minha última sessão de psicanálise, escutei: “O que será da sua vida quando Eduarda crescer?”

Um convite à existência! A dedicação exaustiva às crias, muitas vezes relacionada à ausência da vivência coletiva do materno. Por vezes, somos roubadas de nós mesmas. Recordando da antropologia, não existe uma “maternagem de gabinete”,

fazendo alusão quando muitos antropólogos delegavam a terceiros a responsabilidade de coletar os dados enquanto permaneciam distantes do campo.

Na maternidade, sobretudo na maternidade atípica e solo, não há distância possível: somos atravessadas integralmente pelas vivências. Transformar o maternar em produção intelectual é a minha forma de resistência e transgressão, como nos ensina bell hooks. Compreendemos o maternar na perspectiva de cuidar e também ser cuidada. Era uma noite de maio de 2026 quando, durante a escrita, recebo um café na cama. Estranho? Deixe-me explicar.

Minha escrita não acontece em silêncio, diante de uma mesa organizada ou de um tempo exclusivo para pensar. Ela é produzida entre pratos para lavar, agendas escolares, terapias, deslocamentos e inúmeras interrupções. O celular deixa de ser apenas um suporte tecnológico e torna-se um instrumento metodológico dessa antropologia situada. É nele que registro observações, elaboro análises e escrevo grande parte dos meus textos, ainda sem a formatação exigida pela ABNT. A normalização acadêmica vem depois; a produção do conhecimento acontece no tempo possível, entre as brechas do cuidado. Um verdadeiro malabarismo, como venho desenvolvendo em minha pesquisa doutoral sobre maternagens e velhices a partir das vivências de mulheres negras.

Entre o texto acadêmico, os afetos e a sobrecarga, vou tentando construir uma escrita possível, uma antropologia que não nasce distante da vida, mas atravessada por ela, como propõem as antropologias contemporâneas, que compreendem relações. Nesse percurso, as crianças também deixam de ocupar apenas o lugar de acompanhantes silenciosas da pesquisa para se constituírem como produtoras narrativas, afetos e conhecimento.

Eduarda Sophia, 10 anos, também compõe o campo, atravessa a escrita e transforma a forma como percebo e construo. Contrapondo e resistindo, “a academia não é um lugar seguro para aqueles que querem manter a integridade de suas mentes e corações, especialmente se você for uma mulher negra. Ela nos exige uma cisão: que deixemos nossa vida, nossas dores e nossos corpos do lado de fora da sala de aula.” bell hooks (2013). Mas seguimos insistindo na vida, no cuidado e na produção de conhecimento, porque, como aprendi com Maya Angelou, ainda assim nos levantamos.

Nesse percurso de cair e levantar, amparo-me em outras mulheres. Entre elas está Luciane, com quem compartilho este artigo e minhas inquietações, que escuta, repetidas vezes, minhas indignações. Em outros momentos, acolhe minhas formas

singulares de produzir conhecimento: compreende minha necessidade de marcar este artigo com diferentes cores antes da versão final e recebe as fotografias que envio enquanto aguardo as sessões terapêuticas de Eduarda Sophia. Compartilho essas experiências porque nossas trocas extrapolam os limites da academia.

Esses gestos, aparentemente cotidianos, evidenciam que a produção do conhecimento também é sustentada por redes de cuidado, escuta e reciprocidade. A escrita deste artigo não foi construída apenas entre leituras, orientações e referências bibliográficas, mas também entre salas de espera, conversas, fotografias compartilhadas e afetos. Entre maternidades, neurodivergências e afetos, mulheres tornam possível a permanência de outras mulheres na universidade, reafirmando que essas experiências não constituem obstáculos à produção do conhecimento, mas condições concretas para que ela aconteça.

A maternidade e o cuidado no Transtorno do Espectro Autista

Permissão de ser diferente (Memórias de Luciane Prudente)

Para contextualizar sobre a escolha da pesquisa de doutorado sobre maternidade e o cuidado, e trazer um pouco a discussão para esse artigo, me coloco como sujeito vulnerável como Suzane Vieira (2021 p.5) elucida como a “prática de falar e escrever se torna arriscada por torná-la suscetível aos perigos da feitiçaria”. Não escrevo sobre feitiçaria de Jeanne Favret-Saada(2005), trago questões da minha subjetividade enquanto uma mulher branca e mãe-autista proponho desenvolver uma etnografia com mulheres-mães autistas, é um campo perpassado por várias questões, sobrecarga, violências médicas, preconceitos, invisibilização, capacitismos e com algumas performance como o masking³ como no texto de Dénètem Bona (2025) a arte do arabesco e da camuflagem, a fuga como na Marronagem de Zora Hurston (2021), não a

³ A camuflagem social foi inicialmente identificada como uma característica de pessoas autistas, que ativamente tentam disfarçar e compensar suas características autistas em contextos sociais, em um esforço para se integrarem melhor socialmente (Alaghand-rad , Hajikarim-Hamedani , Motamed, 2023)

fuga para as florestas como faziam Cudjo, mas uma fuga interna, o Shutdown⁴ na linguagem da comunidade autistas.

Entre as questões subjetiva de quem eu sou, não posso deixar de lado a maternidade, como na teoria da cesta de Ursula (2025), no meu recipiente tem duas crianças: um menino de 12 anos com o transtorno do espectro autista (TEA), e uma menina de 9 anos em fase de diagnóstico (há uma dificuldade maior para a identificação do TEA em mulheres, negros, pessoas LGBTQ+ e entre outros marcadores sociais das diferenças). Sobre o diagnóstico e as dificuldades dos sujeitos que foge a regra, Vieira (2024, p. 3), elucida que os “[...] repertórios subjetivo dos profissionais dentro e fora do campo da saúde é orientado para identificação do autismo em um determinado perfil de sujeito, sobretudo meninos brancos e cisgênero”.

Paul Preciado (2020), no texto *“Eu sou o monstro que vos fala”*, o autor faz uma crítica ao homem universal, discurso que faz parte de um “mundo patriarcal-colonial”, são essas questões que sustentam as ciências modernas, a psiquiatria e a psicanálise. Muitos autistas, principalmente os que fogem ao estereótipo acima mencionado, são marcados por violências e severos obstáculos. “Todos nós ocupamos um lugar diversificado em uma complexa teia de relações de poder. Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear a própria posição de identidade como universal”. (Preciado, 2020, p. 8).

Em meio às essas questões apresentadas o meu diagnóstico de Autismo foi possível em 2025, foram anos de sofrimento mental e psíquico sem saber nomear o que era, muitas vezes fui rotulada como fresca, esquisita, sentimental demais entre outros adjetivos, desde de criança tenho algumas questões que fogem a régua da normalidade. Quando recebi o diagnóstico do meu filho autista, passei a me reconhecer em várias questões, demandas, potencialidades e ausências. Foi por meio desse olhar, estudos e leituras sobre TEA, que comecei a questionar o diagnóstico de depressão e ansiedade, e entender o autismo em mim.

Em maio de 2025 decidi fazer uma avaliação neuropsicológica, fiz todas as avaliações e exames, recebi o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. O laudo confirmou alguns comportamentos, que até então eram invalidados. Questões que vivencio desde de criança, e que de certa forma me trouxe um conforto, porém a psiquiatra que me acompanhava questionou a validade do diagnóstico em uma consulta

⁴ São fuga e ataque psíquico em resposta a estímulos e sobrecargas, esse pânico acompanhado de caos, de confusão, staff que há um desligamento do cérebro.

de 10 minutos. Isso me faz inferir que, além do diagnóstico, há também enfrentamentos cotidianos que atravessam a experiência de quem vive no espectro. Esses enfrentamentos não se restringem apenas às questões clínicas, mas se estendem às dimensões sociais, afetivas e institucionais, revelando que o processo de existir com o TEA envolve muito mais do que um laudo: exige lidar com estigmas, incompreensões, barreiras e a necessidade constante de afirmação de si.

Durante esses anos utilizo medicamentos, que aliviam momentaneamente a exaustão, a sensibilidade sensorial e ansiedade social. Muitas vezes fui tratada como se tivesse apenas uma doença mental como a depressão e ansiedade, sem perceber que os sintomas tinham relação com o TEA. A psiquiatra que me acompanhou durante anos, me passava cada vez mais medicamentos, e não parece se importar em compreender as causas, mas apenas me deixar “funcional”, um dos reflexos do mundo moderno, medicar, anestesiá-lo e deixarmos mais reproduzíveis, abafar nossas humanidades.

Como muitas outras mães autistas, fui mais uma vez violentada e surgiu novamente muitas dúvidas sobre quem sou, o que sinto sobre minhas subjetividades. Não houve acolhimento, mas sim escutei várias frases capacitistas no consultório psiquiátrico. Mais uma vez a dúvida reinou em meu corpo: “será que estou inventando coisas, por viver diariamente com o autismo do meu filho?”. Comecei a duvidar das minhas próprias percepções, da minha própria depressão e ansiedade (a exaustão que vez ou outra, não consigo levantar da cama, por sobrecarga sensorial, ansiedade social, a dificuldade em fazer e manter amizades e relacionamentos), as minhas sensibilidades e aversão a certos sons, texturas e alimentação, ou o fato de ficar doente sem motivo aparente, e finalmente sobre a sobrecarga da maternidade que gera vários conflitos internos como culpa e auto cobranças.

Quando falamos em maternidade, falamos em normas, romantização, script de como gestar, maternar, cuidar, cenas em comerciais, novelas, redes sociais de mulheres santificadas, a sociedade espera “bons cuidados”, o estado se exime de qualquer responsabilidade políticas com mulheres-mães. De que maneira as mães neurodivergentes tendo em vista o que é cuidado com seus filhos/as atípicos/as, considerando os desafios da maternidade neurodiversas, suas estratégias de enfrentamento e suas redes de apoio ou ausência destas, numa sociedade marcada por maternidade tratada como experiências subjetivas e individuais, sem pensar na coletividade, atravessada por divergências e falta de acolhimento.

Compreender a maternidade e o cuidado como construção social, é fundamental ter a compreensão do cuidado, de acordo com Bellacasa et al. (2023, p. 109), o “Cuidado, cuidando, cuidadora, são palavras carregadas, contestadas. Ainda assim, tão comuns na vida cotidiana, é como se o cuidado fosse natural, para além de alguma expertise ou conhecimento particular”.

Segundo Bellacasa, Böschmeier, Engel, Greco e Fietz (2023), elas questionam: Mas o que é o cuidado? É um afeto? Uma obrigação moral? Trabalho? Um fardo? Uma alegria? Algo que podemos aprender ou praticar? Algo que simplesmente fazemos? São questionamentos que Silvia Frederici (2019, p 389), discorre, sobre a criação de formas coletivas de vidas, pois a reprodução dos seres humanos é o trabalho mais intenso da terra, e com o advento do capitalismo que a reprodução da vida, o cuidado passa a ser completamente privatizado, ao passar para questões privadas é “um processo que agora é levado a tal nível que nossas vidas são destruídas”.

Nesse sentido Tronto (1993), propõe pensar numa ética do cuidado, que seja uma preocupação intelectual relevante para o feminismo, o debate se concentra não nas diferenças de gênero, mas na adequação do cuidado como teoria moral. A autora em diálogo com a Gilligan (1982), questiona se o cuidado é realmente um traço intrinsecamente feminino, ou seria resultados de condições sociais de exclusão e subordinação?

Seguindo nessa direção Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), nos convida a reflexão como as normas jamais foram justas com as mulheres e outras pessoas oprimidas pelas regras do corpo, da raça, da sexualidade ou do gênero, categorias que escolho para trabalhar no doutoral. A norma segundo as autoras tem “nome e predicado – é o patriarcado racista e suas tramas perversas que discriminam os corpos” (Diniz; Gebara, 2022, p. 8).

Pensar o cuidado, na lógica apresentada acima, é trazer novamente a inquietude inicial sobre o que Tronto (1993), coloca como ética do cuidado, e como Bellacasa et al. (2023, 109), discorre sobre o cuidado, pode ser várias coisas, e as coisas são diferentes para cada pessoa, diferentes para pessoas diferentes, em situações diferentes. Assim, embora as formas de cuidado possam ser identificadas, pesquisadas e compreendidas concreta e empiricamente, o cuidado permanece ambivalente em seu significado e ontologia (Bellacasa et al., 2023, p. 109).

Trazer a discussão sobre o cuidado e deficiência das mães neurodivergentes, na perspectiva de que deficiência não estaria no corpo com lesão, mas sim em uma

sociedade que impõe barreiras que impedem a participação plena das pessoas com deficiência, transtorno etc. Uma vez removidas essas barreiras, as pessoas com deficiência teriam sua participação social garantida (Diniz, 2012; Gavério, 2017).

Considerações finais

Este trabalho partiu da inquietação provocada pela pergunta: se há os "pais" da Antropologia, onde estão as mães? Ao longo do texto, apresentamos que essa ausência não decorre da inexistência de mulheres produtoras de conhecimento, mas de um processo histórico de construção do cânone antropológico, atravessado por relações de gênero, raça, classe e poder que definiram quem seria legitimado e quem permaneceria à margem da história da Antropologia. Questionamos quais são os critérios que definem quem se torna um clássico e quais formas de conhecimento passam a ser reconhecidas como científicas.

Ao analisar as contribuições de Zora Neale Hurston, Ruth Benedict, Margaret Mead, Lélia Gonzalez, Elsie Rosaline Masson e Alice Walker, buscamos demonstrar que essas mulheres colaboraram com a Antropologia, ampliaram seus horizontes teóricos, metodológicos e éticos, demonstrando que suas vivências também constituem formas de produção de conhecimento antropológico.

Inspiradas por essas intelectuais, defendemos uma Antropologia situada, na qual maternagem, raça, cuidado e neurodivergência não constituem obstáculos à produção científica, mas experiências que produzem teoria, deslocam categorias consolidadas e ampliam as possibilidades de interpretação das relações. Assumir nossas experiências como categorias analíticas não significa substituir o rigor pela experiência, mas reconhecer que todo conhecimento é produzido a partir de posições historicamente situadas e de relações concretas.

Nesse sentido, compreender o cuidado como prática de produção de conhecimento também implica deslocar antigas dicotomias que estruturaram a disciplina, como pesquisadora e "nativa", produção científica e cuidado, objetividade e subjetividade, teoria e vida. A Antropologia das relações, construída no encontro entre pesquisadoras e interlocutoras, permite reconhecer que o conhecimento emerge do diálogo, dos afetos, das diferenças e das experiências compartilhadas.

Repensar os cânones da Antropologia e, conseqüentemente, as formas de produzir, narrar e legitimar o conhecimento antropológico. Ao reconhecer corpos

negros, mulheres, mães e pessoas neurodivergentes como sujeitos da produção teórica, ampliam-se não apenas as pessoas que produzem conhecimento, mas também as próprias possibilidades da Antropologia.

Ao evidenciar que a produção do conhecimento também é sustentada por redes de cuidado e ao tensionar a ideia de uma "maternagem de gabinete", propomos compreender o cuidado não como um elemento externo à pesquisa, mas como uma condição constitutiva da própria produção antropológica.

Por fim, se a história da Antropologia consagrou seus "pais fundadores", este artigo procurou demonstrar que mulheres, mães, pessoas negras e neurodivergentes não ocupam o lugar de objetos de estudo, mas de sujeitos que produzem teoria, transformam métodos e renovam continuamente a própria Antropologia.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

ALAGHBAND-RAD J, HAJIKARIM-HAMEDANI A, MOTAMED M. **Camouflage and masking behavior in adult autism**. Front Psychiatry. 2023 Mar 16.

BONA, Dénètem. **A sabedoria dos cipós**. São Paulo: UBU, 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado** (Trad. Paula Siqueira). Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

HURSTON, Zora. **Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado**. Record, 2021.

LE GUIN, Ursula K. **Teoria da sacola de ficção**. São Paulo: Cobogó, 2025.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. a palavra solta 2 de nov. de 2020.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria; Ana Gretel Echazú Böschemeier, Cíntia Engel, Lucrecia Raquel Greco, e Helena Fietz. O pensamento disruptivo do cuidado”. **Anuário Antropológico**, v. 48, n. 1, p. 108-33, jan.-abr. 2023.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alisson; BORDO, Susan (org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Record: Rosa dos Tempos, 1997.

VIEIRA, Ange Machado Muniz. O autismo por relatos: o compartilhamento de experiências no diagnóstico tardio de adultos autistas. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA): GT028: Antropologias e deficiência: etnografias disruptivas e perspectivas analíticas contemporâneas. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://anais.rba.abant.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Força e vulnerabilidade: lições de etnografia e feitiçaria na obra de Jeanne Favret-Saada. **MANA (RIO DE JANEIRO. ONLINE)**, v. 27, p. 1-26, 2021.